



MEIO EMPRESARIAL ■ CÍVEL ■  
TRIBUTÁRIO ■ TRABALHISTA ■  
CRIMINAL ■ ELEITORAL ■

## IMINENTE JULGADOR DA CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO COPAM-MG

Referente ao Processo Administrativo: COPAM/PA/Nº 148/1994/001/2004

Auto de Infração nº.: 1291/2004

Ofício nº.: 936/2009 NAI/DMFA/FEAM

Ofício nº.: 1937/2009 NAI/DMFA/FEAM

**FUNDAÇÃO SIDERAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos acima epigrafados, vem, respeitosa e tempestivamente, perante Vossa Excelência, por seus procuradores *in fine* assinados, propor

### RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a penalidade de multa aplicada pela UNIDADE REGIONAL COLEGIADA (URC) DO ALTO DO SÃO FRANCISCO, no processo administrativo COPAM/PA/Nº 148/1994/001/2004, com base no Auto de Infração nº.: 1291/2004, conforme razões abaixo aduzidas:

#### Da decisão recorrida

Conforme consta no Ofício nº. 936/2009 NAI/DMFA/FEAM, datado do dia 16 de julho de 2009 de forma manuscrita, a Unidade Regional Colegiada (URC) do Alto São Francisco examinou o Processo Administrativo supracitado e decidiu em 19.02.2008 aplicar a penalidade de multa, no valor de **R\$10.001,00** (dez mil e um reais) ao empreendimento, com base no Auto de Infração nº. 1291/2004,

Regional Copam 15/01/2010 11:41 - R001257210

AV. GETÚLIO VARGAS, 541  
CENTRO - ITAÚNA - MINAS GERAIS  
TELS.: (37) 3241-0558 / (37) 3241-0521



DIREITO EMPRESARIAL ■ CÍVEL ■  
TRIBUTÁRIO ■ TRABALHISTA ■  
CRIMINAL ■ ELEITORAL ■

por supostamente "descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévias, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental"; e aplicar a penalidade de multa no valor de **R\$10.001,00** (dez mil e um reais) ao empreendimento, por supostamente "causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural".

### **Da tempestividade do recurso**

Tendo em vista que a notificação supramencionada é datada do dia 12.07.2009, tendo sido protocolizado pedido de reconsideração da penalidade aplicada pela URC dia 04.08.2009, fato que gerou a ratificação/reiteração da notificação OF nº. 936/2009 NAI/DMFA/FEAM, datada, também de maneira manuscrita, do dia 15 de dezembro de 2009, tempestivo é o presente Recurso.

### **Das razões recursais**

A priori, vale ressaltar que ao contrário do que entendeu a r. Unidade Regional Colegiada (URC) do Alto São Francisco, a Autuada, ora Recorrente, não praticou qualquer conduta típica capaz de ensejar as penalidades de multas a que se viu condenada. Os documentos já carreados aos autos, bem como os que são juntados nesta oportunidade e as defesas ofertadas dão conta da atipicidade das condutas da Recorrente.

De acordo com o art. 1º da Deliberação Normativa nº. 50/2001, do COPAM, tem-se que:

AV. GETÚLIO VARGAS, 541  
CENTRO - ITAÚNA - MINAS GERAIS  
TELS.: (37) 3241-0558 / (37) 3241-0521





REITO EMPRESARIAL ■ CIVIL ■  
TRIBUTÁRIO ■ TRABALHISTA ■  
CRIMINAL ■ ELEITORAL ■

"a localização, construção, instalação, modificação, ampliação e operação de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis dependerão de prévio licenciamento ambiental, conforme as normas da Resolução CONAMA Nr. 273/00 e dos dispostos por aquela Deliberação Normativa".

Já o art. 4º do mesmo instrumento legal promove a inclusão ao Anexo I da Deliberação Normativa COPAM Nr. 1/90 o item:

"91 - Atividades Diversas

91.23.00-9 - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis.

Pot. Poluidor / degradador: Ar = P Água = P Solo = M  
Geral = P

Porte: Capacidade de armazenamento (m3) CA ≤ 45: pequeno

CA 45 > E ≤ 90: médio

CA > 90: grande"

E, finalmente, o art. 6º da supracitada Deliberação estabelece que:

**"Ficam dispensadas do licenciamento ambiental a que se refere esta Deliberação Normativa as instalações aéreas com capacidade total de armazenamento menor ou igual a 15m³ (quinze metros cúbicos), desde que destinadas exclusivamente ao abastecimento do detentor das instalações, devendo ser construídas de acordo com as normas técnicas em vigor, ou na ausência delas, com normas internacionais aceitas".** (grifo nosso)

3

AV. GETÚLIO VARGAS, 541  
CENTRO - ITAÚNA - MINAS GERAIS  
TELS.: (37) 3241-0558 / (37) 3241-0521

Logo, em virtude da capacidade reduzida armazenada, menor que o limite tolerado em lei, a Recorrente deve ser considerada isenta de licenciamento, não estando sujeita às determinações contidas na Deliberação 050/2001, art. 1º c/c art. 6º não podendo ser penalizada como foi.

**Outro fato de crucial importância que deve ser trazido à baila é que foi feita uma análise do passivo ambiental conforme deliberação normativa COMAM 032/2000, em outubro de 2004, por um profissional técnico qualificado, que é Geólogo, inscrito no CREA/MG sob o nº. 80314/D, onde ficou constatado que o solo da área do abastecimento da empresa Recorrente não foi impactado por hidrocarbonetos. (doc. anexo)**

Foi apurado pelo citado geólogo, em seu estudo pormenorizado do caso, a fl. 06, que

*"os equipamentos (tanque e bomba) estão em razoável estado de conservação, e não apresentam indícios de vazamento ou oxidação. Na data da investigação, o filtro de óleo Diesel já havia sido retirado da área de risco, sendo assim, não foi possível a realização de sua descrição.*

*O empreendimento não consta de ocorrências com órgãos ambientais ou reclamações da vizinhança. Nunca foi verificada perda de produto estocado.*

*Não foi verificado nenhum tipo de irregularidade em se tratando de vazamentos, derramamentos ou acidentes ambientais ou indício da presença de produto na área investigada". (grifos nossos)*

A fl. 08 do estudo feito o supramencionado geólogo esclarece que:







"o nível freático local não foi atingido até a profundidade de 1,5 metro."

Já a fl. 17 o profissional técnico habilitado preconiza que

**"Não foram constados meios de contaminação do solo e água subterrânea via derramamentos ou vazamentos de combustível."**(grifo nosso)

Conclui, então, o citado geólogo, a fl. 23, que:

**"Os dados obtidos na investigação ambiental indicam a ausência de VOC na área de tancagem e abastecimento, com valores nulos de concentrações."**

(...)

Neste estudo, foi realizada uma Análise preliminar de Risco para a avaliação dos riscos potenciais a saúde humana decorrentes da presença de hidrocarbonetos no solo e nas águas subterrâneas. **De acordo com os moldes do RBCA adotados, a área encontra-se isenta de Riscos a Saúde Humana devido à ausência de vetores de contaminação na área investigada."** (grifos nossos)

Assim, inexistiu qualquer dano ou risco de dano à saúde humana, aos recursos hídricos, as espécies vegetais, animais, ao ecossistema e habitats.

Não houve o descumprimento de qualquer determinação ou condicionante formulada pelo plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio.

Ademais, **o próprio relatório de vistoria nº. 014299/2006, feito pela FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente, doc. anexo, ao**

5



contrário do anterior, **dá conta de que inexistente qualquer irregularidade empresa Recorrente**, constando que:

**"Toda a instalação atende aos requisitos técnicos determinados pela NBR 7505(...)".** (Técnico Edvaldo Sabino da Silva, CREA/MG 48519/D).

Ressalta-se que a ora Recorrente, Fundação Sideral Ltda., bem como seu representante legal, foram absolvidos na Justiça Comum, autos nº. 0338 04 024030-5 (cópia da sentença prolatada dia 02.12.2008, já carreada aos autos juntamente com petição protocolizada dia 26.03.2009, às 14:47 horas), onde o Douto Julgador assim se manifestou:

**"Não obstante, uma circunstância prejudica ainda mais o reconhecimento da ocorrência do crime narrado na denúncia, pois, realizado exame pericial no local, constatou-se a inexistência de qualquer contaminação decorrente de eventual armazenamento de combustível que pudesse colocar em risco a saúde humana ou o meio ambiente.**

Ante o exposto, **não tendo sido arrecadadas provas capazes de demonstrar a responsabilidade dos Acusados e nem tampouco a ocorrência da infração penal**, outra saída não me resta **senão julgar improcedente a acusação para absolver a pessoa jurídica FUNDAÇÃO SIDERAL LTDA. e o seu dirigente JOSÉ MAURÍCIO ANDRADE SOARES** da imputação de terem violado o art. 56 da Lei 9.605/98, condenando nas custas o Estado". (grifos nossos)

Conforme se nota em esfera judicial, onde houve vasta oportunidade de produção de provas, estando assegurado o contraditório e a ampla defesa, o Ilustre Julgador se convenceu de que







não houve qualquer prova capaz de demonstrar a responsabilidade Acusados e nem se houve infração penal (questão ambiental).

Ao que parece, houve um equívoco de comunicação interna na esfera administrativa, vez que a presente decisão ora guerreada é datada de 19.02.2008, com notificação datada manualmente de 16 de julho de 2009, e posterior dia 15 de dezembro de 2009, onde é ratificada/reiterada, quando na verdade a sentença absolutória é datada de 02.12.2008 e a comunicação na Regional Copam, com juntada da decisão supra, ocorreu dia 26.03.2009.

Percebe-se, portanto, que sequer foi analisado pela Unidade Regional Colegiada (URC) do Alto São Francisco a petição protocolizada dia 26.03.2009, com os documentos anexos, vez que, conforme já mencionado, embora a decisão da mencionada Unidade seja datada do dia 19.02.2008, somente a notificação é datada de 16.07.2009.

Outrossim, nota-se que com a autuação não foi enviada qualquer cópia de "laudo técnico" específico que comprovasse o dano ambiental. Além disso, inexistente nos autos o mencionado laudo hábil.

**Lado outro, o profissional técnico capacitado contratado pela ora Recorrente deu conta de que inexistiu qualquer irregularidade apta a ensejar a aplicação da penalidade, fato inclusive reconhecido pelo juiz criminal (sentença anexa), conforme já esclarecido de forma pormenorizada na defesa da Recorrente.**

Ora, Ínclitos Julgadores, não se pode presumir condutas típicas e punir a Recorrente como se houvesse praticado atos/omissões caracterizadores de infrações gravíssimas. Haveria de ter uma inequívoca comprovação técnica e não apenas suposições ou presunções como ocorreu no caso sob análise.



DIREITO EMPRESARIAL  
TRIBUTÁRIO  
CRIMINAL



Frise-se, mesmo sob pena de incansável repetição, que o laudo técnico feito pelo geólogo citado alhures é categórico ao afirmar que **não** houve descumprimento de normas técnicas, que não houve dano ou risco de dano.

Vale mencionar ainda que as penas aplicadas referem-se ao mesmo fato e ensejam "bi penalização". **Novamente é válido ressaltar que inexistia qualquer vazamento no tanque outrora mencionado.**

*Ad argumentandum:*

É inegável que o **Auto de Infração é declaradamente nulo**, já que foi lavrado de maneira incorreta, constando erroneamente a suposta infração como sendo gravíssima.

Ainda que a Recorrente fosse culpada, o que de fato não é, tanto é que inclusive foi absolvida na Justiça Comum, conforme já relatado na presente peça, faria jus às atenuantes do art. 21 do Decreto 39.424-1998, com redação alterada pelo Decreto 43.127/2002, **reduzindo-se a multa em 1/3 (um terço).**

Merece especial destaque também o fato de que a Recorrente poderá firmar "Termo de Compromisso" com o COPAM, reduzindo-se a multa final aplicada em 50% (cinquenta por cento).

O julgamento do presente caso deve ser norteado por critérios de bom senso e razoabilidade, que são princípios basilares para uma justa análise, buscando-se alcançar a almejada justiça e não apenas punir inocentes sob o absurdo fundamento de que está exercendo o caráter punitivo e disciplinar da norma.

Fica, então, a sábia lição do insigne ex-Procurador Geral da República, Prof. INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO, ao aduzir que:

8

AV. GETÚLIO VARGAS, 541  
CENTRO - ITAÚNA - MINAS GERAIS  
TELS.: (37) 3241-0558 / (37) 3241-0521





"é precisamente no ato e no momento da interpretação e aplicação que o juiz desempenha o papel de agente redutor da distância entre a generalidade da norma e a singularidade do caso concreto. Nesse momento, e por essa forma, ele cria a norma de decisão concreta ou a norma do caso, para realizar a justiça em sentido material, porque estará decidindo em vista das particularidades da situação posta a seu julgamento" (Interpretação Constitucional, Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris Editor, 1997, p. 43).

### Da conclusão

A conclusão a que se chega, através de uma análise minuciosa do presente caso, é que se considerados os princípios constitucionalmente assegurados do contraditório e da ampla defesa alternativa não resta senão isentar a Recorrente do pagamento de quaisquer daquelas quantias de multas aplicadas, já que restou robustamente comprovado, inclusive com laudo técnico validado judicialmente, que não houve qualquer descumprimento de regras, caracterização de dano ou risco de dano à saúde humana, aos recursos hídricos, as espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural.

### Dos pedidos

Por derradeiro, diante de todo o exposto e de tudo mais que dos autos consta, reiterando-se que a Recorrente não cometeu qualquer ato ilícito/infracional, conforme prova inclusive o laudo feito pelo supramencionado geólogo, que foi também reconhecido judicialmente como válido, ratifica-se as defesas dela anteriormente apresentadas, **requerendo** seja conhecido e provido o presente RECURSO para reformar a r. decisão exarada pela Unidade Regional Colegiada (URC) do

9



Alto São Francisco, que entendeu por bem aplicar as penalidades supracitadas (2 multas, cada uma no valor de R\$10.000,00), reconhecendo as nulidades existentes, bem como isentando a Ora Recorrente de toda e qualquer responsabilidade, arquivando-se o presente processo/auto de infração.

Ad argumentandum, por extremo amor ao debate, que seja solicitada assinatura do Termo de Compromisso em relação às obras feitas e, no caso de ser efetivamente constatado qualquer dano ambiental através de prova irrefutável, lembrando sempre que já existe laudo técnico comprovando que não houve qualquer descumprimento de normas técnicas, dano ou perigo de dano, que seja reparado o suposto dano no aludido Termo de Compromisso.


Outrossim, em caso de absurda condenação, que sejam reconhecidas as atenuantes suscitadas e que haja o parcelamento, em 10 (dez) vezes iguais, sem juros, do valor da eventual condenação. Requer, ainda, a juntada de documentos anexos.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Itaúna, 13 de janeiro de 2010.



**JASON VIDAL**  
OAB/MG 66.763



**LEANDRO ROBERTO NUNES SOARES**  
OAB/MG 115.531

**HÉLDER ANTÔNIO ALVES DA SILVA**  
OAB/MG 105.940

**PETER GABRIEL G. DE ANDRADE**  
OAB/MG 119.171





DIREITO EMPRESARIAL ■ CÍVEL ■  
TRIBUTÁRIO ■ TRABALHISTA ■  
CRIMINAL ■ ELEITORAL ■

**IRINEU C. MACEDO JÚNIOR**  
OAB/MG 118.929

**DANIEL MARQUES DA SILVA**  
OAB/MG 123.571

